

Redução dos empréstimos

Ora, a partir do segundo semestre de 1982, os bancos comerciais reduziram consideravelmente os financiamentos concedidos aos países em desenvolvimento, devido, ao mesmo tempo, às restrições monetárias e à percepção repentina de um risco excessivo sobre os compromissos exteriores. Os créditos líquidos aos países em desenvolvimento diminuíram pela metade em 1982 (26 bilhões de dólares) em comparação com 1981 (51 bilhões de dólares).

Sem reestruturação da dívida, os países em desenvolvimento teriam sido obrigados a suportar, no período 1982-1986, uma transferência financeira líquida de 12 bilhões de dólares por ano em favor de seus credores. Deterioração espetacular de sua situação financeira em comparação com os anos 1970-1982, em que os países em desenvolvimento se beneficiaram de uma receita líquida positiva de dez bilhões de dólares por ano. E paradoxo insuportável por muito tempo ver países em desenvolvimento serem fornecedores líquidos de capitais ao resto do mundo.

A reestruturação da dívida, portanto, permitiu evitar a asfixia imediata dos devedores. Por exemplo, reduziu o pagamento da dívida mexicana a menos de 30% das receitas em divisas em 1983. Entretanto, essa dívida continua sendo equivalente a cerca de 60% do produto nacional do país: todo o problema permanece a médio e a longo prazo.

Não só apenas o reescalonamento da dívida serve para adiar os vencimentos (no sentido próprio e figurado), mas também torna-os mais pesados. A reestruturação da dívida não é gratuita para o devedor que a consegue. É até muito dispendiosa: em geral, os juros que pesam sobre os vencimentos adiados compreendem uma margem (spread) de 2%, acrescida de uma comissão de reescalonamento de 1,5%. É muito natural que os bancos comerciais usem esse sistema. É salutar, para evitar as falências deliberadas ou fraudulentas e a epidemia de moratórias, que a reestruturação tenha um custo. É estimulante para o que recebeu o empréstimo estar interessado em reiniciar seus pagamentos normais. E vimos que o reescalonamento é uma aposta unânime sobre o restabelecimento da solidez fi-

nanceira do devedor e, portanto, sobre sua capacidade de suportar os juros atrasados. Isso não impede que o pagamento da dívida, provisoriamente reduzido hoje, seja gravemente aumentado amanhã.

Vejamos. Atualmente, o pagamento da dívida do conjunto dos países em desenvolvimento chega a 125 bilhões de dólares por ano, dos quais 75 bilhões de juros, apesar dos reescalonamentos maciços.

Se nos limitarmos aos 14 maiores devedores do Terceiro Mundo, que concentram o essencial do problema da dívida, é claro que os paliativos até agora utilizados ocultam dificuldades mais graves. Mesmo se a taxa de juros do dólar baixasse permanentemente para 9%, esses países continuariam a suportar, nos próximos cinco anos, uma obrigação de juros de 50 a 60 bilhões de dólares. Quanto ao pagamento do principal, dobrará entre 1984 e 1986, para chegar a 50 bilhões de dólares por ano. Para compensar essas saídas de capitais, seria preciso que as contribuições públicas e privadas aumentassem ao ritmo de 8% por ano, o que por enquanto é sequer cogitável.